



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0**82) 4009-3144 cgjal@tjal.jus.br

Processo Administrativo nº 00571-1.2013.002

Ref.: Inspeção Geral Ordinária – 2ª Vara Cível da Capital

DESPACHO / OFÍCIO GCGJ Nº 879 / 2013

Trata-se de Relatório de Inspeção realizada na 2ª Vara Cível da Capital, da lavra da MM. Juiz Auxiliar, Dra. Maria Lucia de Fatima Barbosa Pirauá, em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 59, de 28 de janeiro de 2013, alterada pela Portaria nº 107, de 11 de março de 2013, desta Corregedoria Geral da Justiça, que determinou a realização de Inspeções Gerais Ordinárias em todas as unidades jurisdicionais das comarcas da Capital e do interior do Estado de Alagoas.

Destarte, diante das informações que se encontram acostadas aos autos, **ACOLHO, EM PARTE**, as sugestões formuladas pelo MM. Juiz Auxiliar, ao passo que **DETERMINO**:

Quanto à tramitação de feitos e questões correlatas (determinações para serem cumpridas pela unidade jurisdicional):

- **itens 1.5 e 3.d.3** – que seja dado o devido cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias, das sentenças/decisões/despachos que se encontram pendentes;
- **itens 1.6 e 3.d.5 – no tocante às precatórias:**
 - *cartas precatórias recebidas e pendentes de cumprimento*, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que sejam tomadas as medidas cabíveis, no sentido de regularizar a situação das 72 (setenta e duas) cartas precatórias;
 - que, em conjunto com a medida determinada acima, seja realizada correição parcial nos feitos concernentes às Cartas Precatórias (recebidas), encaminhando a esta CGJ, no prazo de 10 (dez) dias, relatório conclusivo, inclusive com a implantação de medidas gerenciais para evitar a ocorrência detectada em inspeção.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0**82) 4009-3144 cgjal@tjal.jus.br

- **itens 1.7, 3.c.2, 3.d.1, 3.d.4, 3.d.6 e 3.d.7** – com relação aos feitos paralisados há mais de 100 (cem dias), que totalizam 1458 (mil, quatrocentos e cinquenta e oito) processos, que sejam praticados, no prazo de 90 (noventa) dias, os atos necessários a sua regular tramitação;
- **itens 1.7 (obs.) e 3.d.2** – que seja alimentado no SAJ, nos prazo de 15 (quinze) dias, o local físico dos 123 (cento e vinte e três) processos que se encontram com esta pendência;
- **item 1.9.a** – que se efetive, no prazo de 30 (trinta) dias, a verificação de todos os processos que se encontram fora do cartório, no total de 730 (setecentos e trinta), a fim de identificar aqueles com prazo excedido, seguido das providências cabíveis para sanar esta irregularidade, inclusive a utilização dos atos ordinatórios dispostos no Provimento nº 13/2009;
- **itens 2.1, 2.2 e 3.c.1** – no que tange aos Programas “Meta 2/2009 e Meta 2/2010”, do Conselho Nacional de Justiça, que sejam adotadas as providências necessárias, no prazo de 60 (sessenta) dias, inclusive com elaboração de cronograma, objetivando o julgamento dos 421 (quarenta e seis) processos dessa natureza; e,
- **item 2.3** – no tocante ao Programa “Meta 1/2013”, do Conselho Nacional de Justiça, por se tratar de uma meta de caráter contínuo, que sejam tomadas as providências necessárias para que sejam julgados os processos de conhecimento em quantidade maior aos distribuídos no ano de 2013.

Quanto à estrutura física, recursos humanos e equipamentos de trabalho (expedientes para serem encaminhados pelo Gab. desta CGJ):

- **itens 3 (parágrafo 3º) e 3.a** – quanto a estrutura física e equipamentos de trabalho, oficie-se à DARAD, ao FUNJURIS e à Direção do Fórum para ciência e, no âmbito de suas respectivas competências, a adoção das providências cabíveis;
- **itens 3 (parágrafo 4º) e 3.b** – quanto à carência de pessoal:



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0-82) 4009-3144 cgjal@tjal.jus.br

- requirite-se ao DCAJ desta CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias, informações sobre o quantitativo de pessoal da unidade; e,
- oficie-se à Presidência do TJ/AL, para estudo acerca da viabilidade de lotação de um auxiliar judiciário na Vara inspecionada.

Arquivem-se os autos do Processo Administrativo de n. 01082-2.2011.002, em razão das pendências lá verificadas (Meta 2 e processos paralisados há mais de 100 dias) se confundirem com as constatadas nesta inspeção, ensejando-se, assim, a concessão de prazo final para o seu efetivo cumprimento.

Utilize-se cópia do presente como ofício, a ser encaminhado ao Magistrado(a) e ao(à) Escrivão(ã) da Unidade inspecionada.

Informe-se que as respostas atinentes ao aqui versado deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE, às servidoras Leônia Maria da Silva e Lavínia Reis Teixeira, lotadas no Departamento Central de Assuntos Judiciários, e, que os expedientes quanto à matéria, enviados a outro(s) setores e/ou servidor(es), não serão processados.

Promova-se a publicação do relatório que compõem o feito no respectivo sítio eletrônico, bem como do presente despacho, na conformidade do contido nas metas de nivelamento da e. Corregedoria Nacional de Justiça. Ato contínuo, vão os autos ao Departamento Central de Assuntos Judiciários desta CGJ, para as medidas de praxe e devido acompanhamento.

Cumpra-se.

Maceió, 17 de julho de 2013.


Desembargador ALCIDES GUSMÃO DA SILVA
Corregedor Geral da Justiça